

O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM INSTITUIÇÕES PROTETIVAS: UM OLHAR NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA (2008-2012)

Márcia Cristina Gonçalves de Souza
UFMS/CPAN

Resumo: Aborda-se nesse texto a pesquisa que teve como objetivo investigar como tem se constituído a discussão sobre o atendimento a crianças e adolescentes em Casas de Acolhimento Institucional, na realidade brasileira, a partir da análise da produção acadêmica nas publicações de Periódicos. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de natureza bibliográfica para mapear os artigos relacionados com esta temática. A fonte desta pesquisa foram publicações de periódicos brasileiros cadastrados no Scielo, no período de 2008 a 2012, que abordam o atendimento a crianças e adolescentes institucionalizados, com o objetivo de analisar as questões tratadas e o foco de discussão desses estudos. A partir da investigação realizada detectamos que as temáticas tratam da caracterização de crianças e adolescentes institucionalizados, da visão sobre o processo de acolhimento, tanto pelas crianças e adolescentes como pelos atores sociais que cuidam dos mesmos, e sobre a atuação dos órgãos de proteção junto às instituições de acolhimento. Também identificamos que constituíram temática de análise os estudos realizados na área. O foco de discussão identificado nos estudos aponta para questões que são pouco abordadas e que necessitariam de mais investigações, seja no que se refere ao papel das políticas públicas na área, ao modelo de acolhimento, aos impactos que a institucionalização provoca no desempenho escolar e sobre os efeitos que o acolhimento provoca na vida dessas crianças e adolescentes. Portanto, novos estudos devem contribuir para o aprofundamento do debate sobre as condições, modalidades e formas de acolhimento a que estão submetidos crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social para que essa medida seja, de fato, transitória e para identificar se o acolhimento pode exercer ou não um papel importante na rede de apoio a essa população.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes, acolhimento, proteção social.

Introdução

O curso de Pedagogia poderia ser só mais um curso em minha vida, porém, desde que ouvi de uma professora que o importante na nossa permanência durante o curso era “Viver a Universidade”, a preocupação com essa vivência passou a fazer parte de meus dias dentro deste espaço. Assim, passei a me interessar por alguns temas, em especial pela Pedagogia Social que deu-se a partir do meu ingresso no núcleo de aprofundamento em que começamos a debater e discutir em sala sobre os espaços de atuação do Pedagogo para além da sala de aula.

Desta forma, todos os assuntos relacionados à Pedagogia Social foram despertando um sentimento de inquietação e a necessidade de estudar um pouco mais sobre o assunto, até ter tido a possibilidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

(PIBIC), em que a temática era o atendimento de crianças e adolescentes que vivenciavam as Instituições de Acolhimento Institucional.

Diante dessa nova perspectiva de estudos passei a questionar sobre o impacto na vida da criança acolhida, as relações que são estabelecidas dentro desses espaços e como fica a família envolvida nesse processo, evidenciando ainda mais a necessidade de pesquisar e entender como vem sendo discutida essa temática na área de educação. Portanto, foi nesse contexto que surgiu a pesquisa aqui apresentada, na qual busquei verificar como tem se constituído a discussão sobre o atendimento a crianças e adolescentes em Casas de Acolhimento Institucional e da análise da produção acadêmica nas publicações de Periódicos.

A seguir apresento os procedimentos metodológicos, explicitando como as etapas para levantamento da produção, formas de organização para análise dos artigos. Na segunda parte consta a discussão e análise dos dados e, por fim, as considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo que teve como objetivo investigar como tem se constituído a discussão sobre o atendimento a crianças e adolescentes em Casas de Acolhimento Institucional é uma pesquisa de natureza bibliográfica. Conforme Pádua (2004), sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa. Ela é elaborada, segundo Moreira e Caleffe (2008), a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Porém, conforme assinalam os autores, ela não deve ser confundida com o levantamento bibliográfico.

Portanto, este estudo foi realizado considerando as seguintes etapas: levantamento bibliográfico realizado em livros, periódicos, relatórios de eventos, simpósios, seminários e congressos e em acervos de bibliotecas, Bancos de Dados da Internet e acervo pessoal, para apresentar uma revisão sobre as questões discutidas sobre esta temática; pesquisa de natureza bibliográfica para levantar as produções da área em estudo, de acordo com período delimitado, visando reunir um conjunto de autores cujas publicações são referência para a discussão da temática em questão.

As fontes de dados foram publicações de periódicos brasileiros cadastrados no Scielo (www.scielo.br) que discutem sobre o atendimento a criança e adolescente em Casas de Acolhimento Institucional, fazendo um recorte para o período de 2008 a 2012, considerando como critério a disponibilidade eletrônica dos Periódicos. Os dados foram coletados tendo como critérios para esse mapeamento inicial os títulos, palavras-chaves e resumo dos artigos publicados nos Periódicos pesquisados.

Após o mapeamento e seleção das publicações sobre a temática em estudo, foi feita a sistematização dos dados através do preenchimento de formulário por nós elaborado em que constaram os dados de edição da Revista, a identificação do artigo, o autor e cópia do resumo para posterior leitura e análise do material. Após a identificação do material disponível, esses dados foram organizados de acordo com as temáticas recorrentes e analisados à luz dos estudos realizados.

Apresentação e análise dos resultados

Conforme assinalado acima, as fontes para o levantamento dos dados foram os periódicos brasileiros cadastrados no Scielo (www.scielo.br) e que publicaram estudos que tratam do atendimento a crianças e adolescentes institucionalizados, tendo como recorte o período de 2008 a 2012. A localização das publicações foi feita por Periódico, de acordo com o período delimitado, conforme os anos, volumes e números editados.

Inicialmente, foram pesquisados todos os periódicos disponíveis na área de educação, no período delimitado, e não foi localizado nenhum trabalho relacionado à temática. Este dado evidencia a ausência de estudos em periódicos vinculados a área da educação, demandando pesquisas que abordem um olhar para os processos educativos que envolvam crianças e adolescentes institucionalizados.

Foram pesquisadas, então, todas as revistas da área de Psicologia disponíveis no Scielo (www.scielo.br). Nesta etapa foram identificadas seis revistas e em quatro delas foram localizadas publicações sobre a temática pesquisada no período estudado. São elas: Psicologia: Teoria e Pesquisa; Psicologia Escolar e Educacional; Psicologia: Reflexão e Crítica; e Fractal: Revista de Psicologia. Apenas nas Revistas Psicologia da USP e Psicologia e Sociedade não foram localizadas publicações no período estudado. Em síntese, a busca realizada resultou na identificação de quatro periódicos na área de Psicologia com publicações relacionadas à temática em estudo. Os dados apresentados a seguir referem-se ao levantamento inicial das publicações nos periódicos pesquisados:

Quadro 1 – Localização dos artigos nos Periódicos

Nome do Periódico	Ano	Volume	Nº	Período	Artigos localizados
Psicologia: Teoria e Pesquisa	2010	26	3	Jul./Set.	1
			4	Out./Dez.	1

III Congresso de Educação do CPAN
 II Semana Integrada Graduação e Pós-Graduação
 Base Nacional Comum Curricular: impactos na formação de professores
 26 a 29 de novembro de 2018

Psicologia Escolar e Educacional	2008	12	2	Jul./Dez.	1
Psicologia: Reflexão e Crítica	2009	22	3	Set./Dez.	1
	2012	25	2	Mai./Ago.	1
Fractal: Revista de Psicologia	2009	21	1	Jan./Abr.	1
				TOTAL	6

Fonte: www.scielo.br

A Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa é uma Revista Trimestral do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Este periódico tem como objetivo publicar trabalhos originais relacionados à Psicologia que se enquadrem nas seguintes categorias: relato de pesquisa, estudo teórico, relato de experiência profissional, revisão crítica de literatura, comunicação breve, carta ao editor, nota técnica, resenha.

Este periódico, nos cinco anos pesquisados (2008 a 2012), publicou cinco volumes (vol. 24 ao vol. 28) com 21 números, mais um número de Edição Especial (ano de 2010). Foram localizados neste periódico apenas dois artigos, ambos publicados no volume 26, sendo um artigo publicado no nº. 3 e o outro no nº. 4, em 2010.

A Revista Psicologia Escolar e Educacional é um veículo de divulgação e debate da produção científica na área específica, desde 1996, com publicação semestral, e está vinculada à Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE). Seu objetivo é constituir um espaço para a apresentação de pesquisas atuais no campo da Psicologia Escolar e Educacional e servir como um veículo de divulgação do conhecimento produzido na área, bem como de informação atualizada a profissionais psicólogos e de áreas correlatas.

No período pesquisado, este periódico publicou cinco volumes (vol. 12 ao 16) e 10 números da Revista, sendo que foi localizado apenas um artigo que trata da temática em estudo, no volume 12, número 2, no ano de 2008.

A Revista Psicologia: Reflexão e Crítica é uma Revista Trimestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São publicados trabalhos originais nas seguintes categorias: relatos de pesquisa, artigos teóricos ou de revisão sistemática, comunicações breves e resenhas. Além disso, busca apresentar à comunidade científica textos que reflitam contribuições significativas para a área.

Em 2008 e 2009 era uma publicação quadrimestral, tendo publicado dois volumes (vol. 21 e 22) e seis números. Em 2010 publicou um volume (vol. 23) com três números e um suplemento e, a partir de 2011, passou a fazer publicações trimestrais, sendo dois volumes

(vol. 24 e 25) e oito números publicados. Neste periódico foram encontrados dois artigos publicados, sendo um no volume 22, número 3, em 2009, e o outro no volume 25, número 2, em 2012.

O periódico *Fractal: Revista de Psicologia* tem como objetivo a divulgação e discussão da produção acadêmica e científica. Seu propósito é reconhecer a necessidade de coexistência entre as diferentes vertentes de pesquisa no campo da Psicologia, alimentando o debate constante como forma de incentivo à produção científica. Ao mesmo tempo, visa estimular o diálogo com diferentes áreas do conhecimento, cujos temas acusem atravessamentos com os estudos da subjetividade.

Em 2008 a publicação era semestral, tendo editado o volume 20 com dois números e, a partir de 2009, passou a ser uma publicação quadrimestral, publicando quatro volumes (vol. 21 ao 24) e doze números. Neste periódico foi localizado apenas um artigo publicado no volume 21, número 1, em 2009.

Portanto, foram localizados seis artigos publicados em quatro periódicos, sendo um artigo publicado em 2008, dois em 2009, dois em 2010 e um em 2012, mostrando que a temática não foi muito estudada no período delimitado também na área da Psicologia. O quadro a seguir apresenta a identificação das publicações, com informações sobre o periódico, o ano da publicação, o título do trabalho e os autores:

Quadro 2 - Identificação dos artigos localizados

Periódico	Ano	Título	Autor
Psicologia: Teoria e Pesquisa	2010	Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social	Aline Cardoso Siqueira Débora Dalbosco Dell'aglio
		Casa abrigo: a solução ou o problema?	Maria José Coutinho Ana Isabel Sani
Psicologia Escolar e Educativa	2008	Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo	Célia Vectore Cíntia Carvalho
Psicologia: Reflexão e Crítica	2009	O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade	Alessandra Salina Brandão Lúcia Cavalcante de Albuquerque Williams
	2012	Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violências e rupturas	Maria Clotilde Rossetti Ferreira Ivy Gonçalves de Almeida Nina Rosa do Amaral Costa Sueli Cristina de Pauli Teixeira

			Solange Aparecida Serrano
Fractal: Revista de Psicologia	2009	O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude	Lygia Santa Maria Ayres Ana Paula Cardoso Livia Cretton Pereira

Fonte: www.scielo.br

Em seguida realizamos uma leitura completa e minuciosa de cada um dos artigos para identificar a temática, os objetivos, o tipo de estudo, os sujeitos/fontes da pesquisa, bem como os resultados alcançados.

Assim, com relação aos seis artigos encontrados, foi possível verificar que os estudos traçaram objetivos de pesquisa distintos, bem como abordaram temáticas variadas. Entre as temáticas estudadas identificamos: o estudo sobre a caracterização de crianças e jovens institucionalizados e suas famílias; o significado atribuído ao acolhimento institucional, sendo um na perspectiva das crianças e adolescentes acolhidos e o outro na perspectiva dos gestores e funcionários da instituição; o significado atribuído às práticas de adoção e acolhimento familiar e institucional; a avaliação das instituições acolhedoras; e sobre os discursos e práticas relacionadas ao acolhimento institucional.

Desta maneira, para situar o leitor vamos apresentar uma breve caracterização dos trabalhos, enfatizando os objetivos, os principais resultados e as discussões sobre a temática estudada.

O estudo de Siqueira e Dell'aglio (2010), de natureza quantitativa, teve como objetivo investigar as características de crianças e adolescentes institucionalizados, com idade entre 7 e 16 anos, com o propósito de identificar variáveis individuais, familiares e sociais relacionadas ao desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social.

Com relação às variáveis individuais, foi verificada a experimentação de drogas lícitas e ilícitas entre os participantes, baixo desempenho escolar e altos índices de repetência, porém com percepção de satisfação de vida no abrigo, sendo esta última variável explicada pelas autoras pelo fato de que muitos jovens abrigados têm acesso, no acolhimento institucional, a condições de vida que não teriam se estivessem com suas famílias, como educação, lazer, vestuário, entre outros, além de estarem afastados das situações de violência e abandono que levaram à institucionalização.

Contudo, as autoras destacam que na correlação entre variáveis, essa percepção de satisfação de vida no abrigo diminui com a idade, ou seja, foi observada uma correlação negativa entre satisfação de vida e idade, indicando que os adolescentes apresentam maior

capacidade de avaliar a situação que estão vivendo, talvez com maior capacidade de reflexão e crítica do que os mais jovens. Neste sentido, Siqueira e Dell'aglio (2010) assinalam a importância desse dado para as estratégias de acompanhamento a essa população, reiterando a importância da provisoriedade da medida de proteção.

Com relação às variáveis familiares, as autoras destacam que o estudo proporcionou o conhecimento de algumas características individuais e familiares, dentre elas a quantidade de irmãos na mesma instituição acolhedora, a baixa escolaridade dos pais e o desemprego dos mesmos, indicando precariedade econômica e social dessas famílias. As autoras constataram também que a maioria dos participantes mantinha contato semanal com a família, demonstrando que essas crianças e adolescentes possuíam referência familiar. Contudo, as autoras destacam que apesar do vínculo existente entre eles, essas famílias não tem conseguido exercer seu papel protetivo junto a suas crianças e adolescentes, que acabam sendo encaminhadas para instituições de proteção.

Com relação às variáveis sociais, as autoras indicam que na análise da rede de apoio o abrigo sobressaiu-se à medida que apresentou maior quantidade de contatos, apresentando-se como fator de proximidade de grande força. Na correlação com o alto escore de satisfação de vida, as autoras constatam que esse resultado pode indicar que o abrigo pode estar exercendo um papel importante na rede de apoio para essas crianças e adolescentes, promovendo desenvolvimento. Ainda, as autoras constataram que apesar do afastamento da família, os dados sugerem relações próximas e com qualidade, conforme destacam alguns estudos ao apontar que muitas crianças e adolescentes institucionalizados apresentam uma percepção otimista e positiva da família.

A partir da identificação de que grande parte dos envolvidos na pesquisa possuía baixa ou nenhuma escolaridade, Siqueira e Dell'aglio (2010) reforçam a necessidade de programas que estimulem o desenvolvimento cognitivo e ações de prevenção de drogas para as crianças e jovens institucionalizados.

Outro aspecto destacado pelas autoras refere-se aos prejuízos que o tempo de institucionalização pode trazer. Nesse sentido, as autoras destacam a importância da criação de mecanismos sociais que promovam a provisoriedade dessa medida de proteção, de forma que os efeitos de um período prolongado numa instituição sejam diminuídos.

E para a compreensão de todos esses efeitos causados dentro da instituição acolhedora, as autoras destacam ser necessário o desenvolvimento de pesquisas que focalizem tais aspectos mencionados, bem como estudos que possibilitem um acompanhamento dessas

crianças e adolescentes e uma avaliação comparativa entre crianças que permanecem por períodos curtos e aquelas que permanecem por períodos longos dentro das instituições.

Já o trabalho de Coutinho e Sani (2010) analisou os significados atribuídos ao processo de acolhimento a partir do olhar da criança acolhida. O estudo, realizado em Portugal, analisa a situação de acolhimento para mãe e filhos vítimas de violência interpuparental e que se veem obrigados a abandonar a casa de morada da família, na maioria das vezes sem recursos de qualquer natureza.

Conforme as autoras, as casas abrigos tem como papel fazer esse acolhimento que, por sua própria natureza, constituem um espaço essencial na promoção da segurança, assim como de competências e recursos necessários à reorganização do novo projeto de vida das famílias nestas condições.

Para compreender como as crianças são afetadas durante esse processo, foram realizadas entrevistas com nove crianças de seis a 15 anos de idade, acolhidas em duas instituições, em que as mesmas narraram a realidade vivenciada nas instituições.

Conforme as autoras, a instituição é identificada pelas crianças como promotora de segurança física e psicológica, ou seja, elas foram capazes de identificar aspectos positivos como a disciplina, a segurança e o apoio que promoviam na organização de seu cotidiano e o otimismo relacionado ao futuro. Para as autoras, este fato está interligado ao ambiente favorável promovido pela instituição acolhedora e pela não ruptura de vínculos entre mãe e filhos que passaram a viver na instituição e terem reorganizado suas vidas.

Segundo as autoras, na perspectiva das crianças, o acolhimento possibilitou mudanças na forma como as crianças se percebem, aos outros e ao meio que as rodeia, demonstrando sua capacidade de superação, reconhecendo o apoio das equipes técnicas na reorganização do projeto de vida das famílias e percebendo as casas abrigos como um contexto promotor de segurança (física e psicológica). Contudo, Coutinho e Sani (2010) apontam que a não superação da situação traumática vivenciada pelas crianças e adolescentes sugere que a transição para um contexto seguro parece atenuar as marcas psicológicas, mas estas não desaparecem por si só.

Desta forma, para Coutinho e Sani (2010), o grande desafio é a realização de trabalhos e pesquisas na área de acolhimento, possibilitando uma maior abertura de canais de comunicação entre produtores e utilizadores de conhecimentos específicos nesta área, para analisar o ajustamento da criança antes e após o acolhimento, de forma que seja perceptível a evolução e as dificuldades encontradas pelas crianças institucionalizadas.

As autoras também apontam a necessidade de um acompanhamento especializado e ajustado às necessidades das mesmas, pois a transição e ingresso nas instituições de acolhimento encerram simultaneamente riscos e oportunidades, indicando a necessidade de um trabalho terapêutico sério e intensivo na fase inicial do acolhimento para minimizar as perdas que a institucionalização acarreta e maximizar as suas potencialidades.

O trabalho de Vectore e Carvalho (2008) buscou compreender a realidade das crianças abrigadas por meio do conhecimento das concepções acerca do processo de institucionalização das pessoas que, efetivamente, cuidam da criança em situação de risco. Para tanto, realizaram entrevistas semiestruturadas com o gestor de uma instituição, seis educadoras, assistente social e secretário. As autoras entendem que a partir do olhar destes atores é possível compreender e explicar os fatores que fazem parte do universo da criança acolhida.

As entrevistas permitiram a identificação de aspectos importantes, tais como: concepção de criança e de seu desenvolvimento e aprendizagem, concepções das famílias das crianças abrigadas, os vínculos em contexto de abrigo. Conforme as autoras, os dados apontaram que cada um dos entrevistados possui uma concepção e uma ação diferenciada, não sendo possível identificar entre eles uma uniformidade em suas ações.

Elas entendem que a falta de capacitação dos funcionários da instituição implica diretamente no comportamento da criança, pois identificaram, através dos depoimentos dos próprios atores envolvidos, que a criança dispõe de um espaço restrito para a manifestação de seus desejos e necessidades, não sendo ouvida e nem compreendida, sujeitando-se a uma rotina rígida e cheia de rupturas. Assim, diante desta constatação, elas apontam que o cuidado com a formação não é priorizado, pois, ao que parece, o critério para trabalhar na instituição é o fato de gostar de criança, o que para elas reforça a necessidade de programas de formação e capacitação de funcionários.

Desse modo, pesquisas e estudos que discutam a questão do abrigamento, em suas variadas perspectivas, parece ser um dos caminhos para originar políticas efetivas e eficientes de proteção à criança, assegurando a dignidade e a liberdade da mesma, apontam as autoras.

O estudo de Brandão e Williams (2009) procurou investigar como ocorre a atuação dos órgãos de proteção junto aos abrigos de crianças e adolescentes, bem como identificar os indicadores de qualidade que norteiam as ações dos avaliadores. Participaram do estudo os profissionais responsáveis pela avaliação dos abrigos (Conselheiros Tutelares, Conselheiro do CMDCA, Juiz da Vara de Infância e Juventude, Promotor e integrante da Secretaria de Bem Estar Social) e coordenadores de abrigo. Para o levantamento dos dados foram realizadas

entrevistas com os coordenadores e avaliadores de abrigos e análise dos registros das visitas de monitoramento às entidades de atendimento, focalizando especialmente as estratégias utilizadas para a fiscalização dos abrigos e os indicadores de qualidade que norteiam as ações dos avaliadores.

As autoras destacam alguns aspectos importantes proporcionados pelas análises, entre eles, a comparação entre o relato (feito por meio de entrevistas) sobre as estratégias adotadas e as descrições presentes nos documentos consultados, bem como a qualidade destas estratégias para a obtenção dos dados pelos avaliadores.

Brandão e Williams (2009) constataram variabilidade de situações nas quais ocorriam a avaliação dos abrigos, demonstrando ausência de trabalho integrado entre os avaliadores, inadequação das estratégias adotadas e déficits dos avaliadores em identificar fatores de risco importantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados. Assim, elas entendem que além da capacitação dos profissionais responsáveis pela avaliação das instituições, novas pesquisas precisam ser realizadas a respeito da atuação da rede de apoio às crianças e adolescentes junto às instituições.

O estudo apresentado por Rosseti-Ferreira et al (2012) é o relato de trabalhos que resultou das experiências de pesquisa e intervenção de um Grupo de investigação sobre abrigo, acolhimento familiar, institucional e adoção. Teve como propósito apresentar alguns pontos para discussão sobre diferentes formas de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de abandono, violência e ruptura de vínculos.

O objetivo do trabalho de Rosseti-Ferreira et al (2012) foi compreender a complexa rede de significações que permeia a área, a partir da análise das pesquisas realizadas pelo grupo sobre essas diferentes temáticas. Para tanto, selecionou estudos que enfocam a adoção, o acolhimento institucional e o acolhimento familiar, na perspectiva de encontrar pontos em comum aos diferentes estudos bem como suas implicações para as políticas públicas e práticas sociais.

Os estudos que tratam da Adoção mostram, segundo a autora, que há necessidade de discutir as formas como são conduzidas as adoções no Brasil, a visão que se tem das mães biológicas, o contato entre as famílias para a troca de informações sobre seus filhos. Os estudos apontaram também a necessidade de um programa de acompanhamento familiar pré e pós-adoção, tanto nas adoções de crianças pequenas como nas de crianças maiores, além de propiciar momentos e situações de encontro e conversa entre os sujeitos envolvidos diretamente com essas crianças.

Para Rosseti-Ferreira et al (2012), os estudos que tratam do Acolhimento Institucional indicam o desconhecimento dos programas e registros das instituições, a ausência de informações sobre a família de origem, a heterogeneidade dos critérios de abrigamento, a falta de preparo da equipe do abrigo, a necessidade de revisão das concepções e práticas relacionadas ao acolhimento de grupos de irmãos e a qualidade do atendimento oferecido no abrigo.

Com relação aos estudos sobre Acolhimento Familiar, a autora aponta ser essa prática extremamente recente (a partir de 2004) e estar repleta de muitas ambiguidades e contradições nos discursos e nas práticas dos profissionais que atuam na área como também nas famílias que acolhem.

Assim, nos trabalhos analisados prevalece, conforme assinala a autora, a “invisibilidade” da família de origem, bem como uma “generalização” dos problemas por elas apresentados, demandando um olhar crítico para a ausência ou insuficiência de políticas públicas que poderiam dar suporte a essas famílias em seus períodos de dificuldade. Outro aspecto destacado pela autora foi a (re)violação da criança, ou seja, enquanto acolhida, muitas vezes seus direitos continuam sendo violados. Ou seja, a criança é o sujeito menos ouvido, seja em situação de acolhimento, abrigamento ou adoção, sendo que essa violação faz com que a criança desconheça as razões de estar onde está, por quanto tempo permanecerá naquela situação e o que irá acontecer com ela.

A autora destaca que prevalece nas práticas de adoção, acolhimento institucional e acolhimento familiar um modelo de família bem constituída, nos moldes de uma família nuclear, com a mãe no eixo central, ratificando, assim, a visão de que as famílias das crianças que necessitam de tais apoios sociais são desestruturadas ou disfuncionais.

Desta maneira, a ausência ou baixa qualidade das políticas públicas de emprego, saúde, educação e habitação são omitidas e as famílias passam a ser culpabilizadas, apontando para a necessidade de capacitação de todos envolvidos no processo de institucionalização de crianças, bem como a articulação dos atores que participam de situações de acolhimento familiar, institucional e adoção, num efetivo trabalho de redes em que possibilite o desenvolvimento integral de crianças que vivenciam esses espaços.

Por fim, temos o artigo de Ayres, Cardoso e Pereira (2009) que, mediante um levantamento bibliográfico, mapeou os discursos e práticas que estão sendo produzidos sobre a temática do acolhimento institucional. Para realização do trabalho foram propostas como categorias de análise as redes de proteção a crianças e adolescentes abrigados no Brasil e os

discursos de especialistas acerca das políticas públicas referentes à garantia de direitos dos mesmos.

As autoras destacam que, com relação às redes de proteção a crianças e adolescentes abrigados, os estudos apontam a fragilidade e falhas como responsáveis pela permanência das crianças e jovens dentro da instituição. Já com relação aos discursos de especialistas acerca das políticas públicas referentes à garantia de direitos das crianças e adolescentes, estes estudos apontam que as políticas que estão voltadas para a proteção das crianças e jovens institucionalizados ainda possuem um olhar caritativo e assistencial, mesmo com a mudança significativa na proteção à infância e juventude proposta pelo ECA.

Desta forma, elas evidenciam que a lógica repressiva e voltada para a culpabilização da família pobre aparece com frequência nos discursos de especialistas que escrevem sobre essa temática de acolhimento institucional. No entanto, as autoras acreditam que, para o bom funcionamento das redes de proteção para crianças e adolescentes institucionalizados, o trabalho a ser feito não deveria ser de responsabilidade apenas do Estado, mas de toda a sociedade civil, profissionais e especialistas envolvidos de alguma forma nesse processo de acolhimento institucional.

A partir da investigação realizada detectamos que as temáticas tratam da caracterização de crianças e adolescentes institucionalizados, da visão sobre o processo de acolhimento tanto pelas crianças e adolescentes como pelos atores sociais que cuidam dos mesmos e sobre a atuação dos órgãos de proteção junto às instituições de acolhimento. Também constituíram objeto de análise os estudos realizados na área.

Com relação à institucionalização e às condições em que se dá esse acolhimento, os estudos evidenciaram inadequação no atendimento realizado, ausência de trabalho integrado da rede de apoio, situações de continuidade na violação dos direitos da criança e do adolescente, “invisibilidade” da família de origem, necessidade de acompanhamento às crianças e adolescentes institucionalizados.

Neste sentido, os estudos apontam a necessidade de acompanhamento e avaliação das implicações do acolhimento na vida das crianças e adolescentes, considerando a necessidade de acompanhamento a essa população e a provisoriedade da mediada de proteção; o cuidado com a formação dos atores responsáveis pelo atendimento a essa população, uma vez que está diretamente relacionado ao papel dos atores envolvidos neste atendimento bem como à atuação das redes de apoio às crianças e adolescentes junto às instituições; a atenção para com a família de origem, uma vez que as crianças e adolescentes mantêm a referência familiar e

não rompem o contato com os familiares; o papel das políticas públicas no apoio às famílias para exercer seu papel protetivo junto às crianças e adolescentes.

O foco de discussão identificado nos estudos aponta para questões que são pouco abordadas e que necessitariam de mais investigações, seja no que se refere ao papel das políticas públicas nessa área que ainda evidenciam um olhar caritativo e assistencial, seja com relação ao modelo de acolhimento, indicando que o mesmo precisa ser repensado, uma vez que foram detectadas fragilidades e falhas com relação à permanência das crianças nestes espaços, seja com relação aos impactos que a institucionalização provoca no desempenho escolar, ou ainda sobre os efeitos que o acolhimento provoca na vida dessas crianças e adolescentes para identificar se o acolhimento pode exercer ou não um papel importante na rede de apoio a essa população.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo investigar como tem se constituído a discussão sobre o atendimento a crianças e adolescentes em Casas de Acolhimento Institucional, na realidade brasileira, a partir da análise da produção acadêmica nas publicações de Periódicos, buscando evidenciar as questões que tratam da institucionalização e as condições em que se dá esse acolhimento, bem como identificar o foco de discussão dessa temática na atualidade.

Desta forma, percebemos com esse estudo que durante o período delimitado pela pesquisa, os periódicos da área educacional não publicaram estudos sobre a temática do acolhimento institucional, fato esse que nos levou a direcionar a pesquisa para as revistas de Psicologia. Essa ausência de trabalhos pode sinalizar um silenciamento sobre as questões educacionais que afetam as crianças em condições de acolhimento institucional, seja na perspectiva do sucesso e/ou fracasso escolar, do desempenho cognitivo, afetivo, das interações na escola e na sala de aula. Neste sentido, torna evidente a necessidade de empreender mais estudos na área de educação a fim de discutir o processo de acolhimento institucional e a implementação de políticas públicas preventivas, com a finalidade de garantir o pleno exercício do direito dessas crianças e adolescentes.

Com relação aos estudos identificados, estes abordam questões que de alguma forma podem contribuir para a diminuição do estigma acerca do acolhimento institucional e aprofundar as discussões em torno do potencial destes espaços de acolhimento, pois mesmo sendo uma medida provisória e excepcional, as crianças e adolescentes que permanecem acolhidos por mais tempo precisam ter seus direitos garantidos.

Portanto, torna-se preponderante o desenvolvimento de novos estudos que possam contribuir para o aprofundamento do debate sobre as condições, modalidades e formas de acolhimento a que estão submetidos crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social para que essa medida seja de fato transitória, pois o impacto que pode causar em suas vidas pode ser tão grande quanto a exposição às situações de violência e abandono no convívio familiar.

Referências

- AYRES, L. S. M.; CARDOSO, A. P.; PEREIRA, L. C. O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, n. 1, p. 125-136, jan./abr. 2009.
- BRANDÃO, A. S.; WILLIAMS, L. C. A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 22, nº. 3, p. 334-343, set./dez. 2009.
- COUTINHO, M. J.; SANI, A. I. Casa abrigo: a solução ou o problema? *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 4, p. 633-641, out./dez. 2010.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática*. 17. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- ROSSETI-FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, I. G.; COSTA, N. R. A.; TEIXEIRA, S. C. P.; SERRANO, S. A. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violências e rupturas. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 25, nº. 2, p. 390-399, mai./ago. 2012.
- SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, nº. 3, p. 407-415, jul./set. 2010.
- VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, v. 12, nº. 2, p. 441-449, jul./dez. 2008.